



GT 024. Antropologia, gênero e sexualidade em contextos educativos

Elisete Schwade (UFRN) - Coordenador/a, Fátima Weiss de Jesus (UFAM/DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/PPGAS) - Coordenador/a

Esse GT tem como objetivo discutir gênero e sexualidade em práticas educativas, a partir de intervenções e pesquisas antropológicas realizadas nos últimos anos, no marco das políticas que fazem referência a diversidade, de acordo com as possibilidades previstas na Constituição de 1988 que, em 2018, completa 30 anos. Buscamos um balanço das diferentes situações em que as reflexões sobre gênero e sexualidade são acionadas em contextos educativos, também em perspectivas que incorporem outros marcadores sociais da diferença, tais como raça, classe, gênero. Desse modo será possível perceber avanços e retrocessos, permanências e transformações, tendo em vista conflitos e dinâmicas próprias associadas às políticas de educação e suas repercussões em contextos particulares. Serão aceitos trabalhos realizados com o enfoque metodológico e analítico da antropologia, com ênfase na etnografia, realizados em escolas, na formação de professores, cursos de aperfeiçoamento e especialização, cursos vinculados a movimentos sociais e organizações coletivas, entre outros.

A importância das políticas de educação no cenário recente da política sexual brasileira: venturas e desventuras dos adolescentes LGBT na relação com instituições escolares

Autoria: Vanessa Jorge Leite

A escola tem um papel central para os jovens. É lá que eles passam boa parte de suas vidas, constroem suas redes de sociabilidade e experimentam a maioria de seus valores. Crianças, adolescentes e jovens que rompem com convenções sociais de gênero e sexualidade estão particularmente expostos a situações de violência e discriminação nos espaços educativos. Contudo, nesse work, proponho a reflexão de que os espaços educativos se apresentam como o lugar do conflito, onde diferentes concepções e valores em relação à sexualidade e ao gênero se confrontam. A partir de pesquisa realizada em Centros de Cidadania LGBT, onde voltei o olhar para os casos de adolescentes que acessaram esses Centros, pude verificar que, depois das famílias e da vizinhança, as escolas são, segundo os profissionais que atuavam nos Centros, o espaço social onde os adolescentes encontram maiores dificuldades na vivência da diversidade sexual e de gênero. O primeiro relato de todos os profissionais dos Centros, quando perguntados sobre situações envolvendo escolas e jovens, é de eventos de desrespeito e violência. Em geral, as escolas não têm incorporado um entendimento da diversidade sexual e de gênero como algo que faz parte da vida dos jovens, logo, algo que comporia o cotidiano escolar. Porém, os relatos desses mesmos profissionais nos mostram que há muitas formas de lidar com a diversidade sexual e de gênero dos jovens pelos diferentes agentes institucionais da educação. O confronto de moralidades em relação ao gênero e sexualidade também está presente no cotidiano de cada escola. Poderíamos assim, pensar que uma realidade que parece contraditória do fazer cotidiano das escolas – ela acolhe e ela discrimina – se articula com um contexto em que se expressa claramente o confronto de diferentes concepções e valores em relação à sexualidade e ao gênero. Essa realidade, vista como contraditória, é, a meu ver, o melhor retrato da expressão do conflito, que habita a escola e a sociedade brasileira de forma mais ampla. Uma das complexidades do processo que vivemos é que, as concepções sobre as quais os regimes da sexualidade se apoiam não são exatamente sucessivas no tempo, mas convivem tensamente no cenário contemporâneo, em diferentes modos de articulação e, de enfrentamento. E esses enfrentamentos se mostram, (1) na elaboração de normativas da política de educação, (2) nas controvérsias públicas que envolvem a política de educação e a diversidade sexual e de gênero, bem como (3) no fazer cotidiano das escolas e educadores. É fundamental estarmos atentos para



essas diferentes dimensões da política de educação, onde se apresentam disputas de concepções, valores e projetos de sociedade, em um contexto de intenso conservadorismo que observamos na sociedade brasileira.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

